

## **Desenvolvimento além do crescimento: limites dos indicadores econômicos tradicionais e a necessidade de métricas socioambientais nas políticas públicas.**

Development beyond growth: limits of traditional economic indicators and the need for socio-environmental metrics in public policy.

Thyago Vinícius Marques Oliveira  
Luisa Cabral Santos

### **RESUMO**

O debate sobre desenvolvimento econômico tem sido historicamente marcado pela predominância de indicadores quantitativos voltados ao crescimento da produção e da renda, especialmente o Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, a utilização exclusiva de métricas econômicas tradicionais mostra-se insuficiente para compreender a complexidade do desenvolvimento contemporâneo, sobretudo em contextos marcados por desigualdades sociais, degradação ambiental e assimetrias territoriais. O presente artigo tem como objetivo discutir criticamente os limites dos indicadores econômicos tradicionais na mensuração do desenvolvimento e analisar a necessidade de incorporação de métricas socioambientais nas políticas públicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica de autores que discutem desenvolvimento, dependência, crescimento econômico, sustentabilidade e territorialidade. O referencial teórico apoia-se nas contribuições de Cardoso e Faletto (1970), Escobar (2005), Mantega (1998), Pereira e Wesz Junior (2021), Antoniazzi e Raiher (2020) e Roberto Cardoso de Oliveira (2006). Os resultados indicam que o crescimento econômico, quando analisado isoladamente, não é capaz de refletir as múltiplas dimensões do desenvolvimento, especialmente seus impactos sociais, ambientais e territoriais. Conclui-se que a persistência de modelos de avaliação centrados predominantemente em indicadores econômicos contribui para decisões públicas limitadas e insuficientes frente às demandas contemporâneas de sustentabilidade e justiça social, reforçando a necessidade de construção de métricas mais integradas e sensíveis às especificidades territoriais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Crescimento econômico. Indicadores socioambientais. Políticas públicas. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

The debate on economic development has been historically marked by the predominance of quantitative indicators focused on the growth of production and income, especially the Gross Domestic Product (GDP). However, the exclusive use of traditional economic metrics proves insufficient to understand the complexity of contemporary development, particularly in contexts marked by social inequalities, environmental degradation, and territorial asymmetries. This article aims to critically discuss the limits of traditional economic indicators in measuring development and to analyze the need for incorporating socio-environmental metrics into public policies. Methodologically, this is a qualitative research of a theoretical-analytical nature, based on a bibliographic review of authors who discuss development, dependency, economic growth, sustainability, and territoriality. The theoretical framework is supported by the contributions of Cardoso and Faletto (1970), Escobar (2005), Mantega (1998), Pereira and Wesz Junior (2021), Antoniazzi and Raiher (2020), and Roberto Cardoso de Oliveira (2006). The results indicate that economic growth, when analyzed in isolation, is unable to reflect the multiple dimensions of development, especially its social, environmental, and territorial impacts. It is concluded that the persistence of evaluation models centered predominantly on economic indicators contributes to limited and insufficient public decisions in the face of contemporary demands for sustainability and social justice, reinforcing the need to build more integrated metrics that are sensitive to territorial specificities.

**Keywords:** Development. Economic growth. Socio-environmental indicators. Public policies. Sustainability.

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico consolidou-se, ao longo do século XX, como um dos principais objetivos das políticas públicas nacionais e internacionais. Em grande medida, esse desenvolvimento passou a ser associado ao crescimento da produção, da industrialização, da expansão da infraestrutura e do aumento da renda nacional, sendo frequentemente mensurado por indicadores quantitativos, como o Produto Interno Bruto (PIB), índices de produtividade e volume de investimentos. Essa racionalidade contribuiu para a consolidação de modelos analíticos que identificam crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, reduzindo a complexidade das transformações sociais, ambientais e territoriais a variáveis essencialmente econômicas.

Entretanto, a ampliação das desigualdades sociais, a intensificação da degradação ambiental e os conflitos relacionados ao uso dos territórios passaram a evidenciar os limites dessa compreensão restrita do desenvolvimento. Conforme argumentam Pereira e Wesz Junior (2021), crescimento econômico e desenvolvimento não constituem conceitos equivalentes, uma vez que o aumento da atividade econômica

não garante, necessariamente, melhoria das condições sociais, redução das desigualdades ou sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, a predominância de indicadores estritamente econômicos tende a invisibilizar dimensões fundamentais do desenvolvimento contemporâneo.

No contexto latino-americano, a crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento adquire características ainda mais complexas. Cardoso e Faletto (1970) demonstram que o desenvolvimento na América Latina ocorreu de forma dependente e subordinada às estruturas do capitalismo internacional, produzindo crescimento econômico sem romper, necessariamente, com padrões históricos de desigualdade e concentração de poder. Assim, o desenvolvimento periférico frequentemente reproduziu assimetrias econômicas e sociais, mesmo em cenários de expansão produtiva.

Essa crítica é aprofundada por Escobar (2005), ao problematizar o caráter eurocêntrico das concepções tradicionais de desenvolvimento. Para o autor, os modelos dominantes de desenvolvimento operam a partir de padrões universais que desconsideram especificidades culturais, territoriais e ambientais, especialmente em regiões periféricas. Como consequência, a natureza e os territórios passam a ser percebidos prioritariamente como recursos econômicos disponíveis à expansão do mercado, reforçando processos de exclusão e degradação ambiental.

Na Amazônia, essa lógica torna-se particularmente evidente. Conforme analisa Roberto Cardoso de Oliveira (2006), projetos estatais voltados à integração territorial e ao desenvolvimento econômico da região frequentemente priorizaram estratégias geopolíticas, expansão da infraestrutura e ocupação econômica, em detrimento das especificidades sociais, culturais e ambientais locais. Nesse contexto, políticas públicas passaram a ser estruturadas com base em parâmetros predominantemente econômicos, limitando a consideração dos impactos ambientais e territoriais decorrentes dessas ações.

Além disso, a predominância de métricas econômicas tradicionais influencia diretamente os processos decisórios do Estado. Ao utilizar indicadores centrados no crescimento da produção e da renda, as políticas públicas tendem a privilegiar resultados quantitativos de curto prazo, reduzindo a capacidade institucional de identificar impactos ambientais, desigualdades regionais e fragilidades sociais associadas ao desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o problema do desenvolvimento contemporâneo não se restringe apenas aos modelos econômicos

adotados, mas também aos instrumentos utilizados para mensurá-lo. Quando o Estado mede o desenvolvimento de forma limitada, suas decisões tendem igualmente a reproduzir limitações estruturais.

Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar os critérios utilizados para avaliar o desenvolvimento e discutir a insuficiência dos indicadores econômicos tradicionais frente às demandas contemporâneas de sustentabilidade e justiça social. Assim, este artigo tem como objetivo discutir criticamente os limites das métricas econômicas tradicionais na mensuração do desenvolvimento e analisar a necessidade de incorporação de indicadores socioambientais nas políticas públicas, considerando as contribuições teóricas latino-americanas sobre desenvolvimento, dependência, território e sustentabilidade.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter teórico-analítico, com delineamento descritivo e interpretativo. A escolha dessa abordagem justifica-se pelo objetivo da pesquisa, que consiste em analisar criticamente os limites dos indicadores econômicos tradicionais na mensuração do desenvolvimento e discutir a necessidade de métricas socioambientais aplicadas às políticas públicas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica, entendida como procedimento sistemático de levantamento, seleção e interpretação de obras relevantes ao problema investigado. Conforme Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite analisar criticamente categorias teóricas e interpretações conceituais presentes em determinado campo do conhecimento, sendo especialmente adequada para estudos voltados à reflexão analítica e epistemológica.

O referencial teórico do estudo apoia-se nas contribuições de Cardoso e Faletto (1970), Escobar (2005), Mantega (1998), Pereira e Wesz Junior (2021), Antoniazzi e Raiher (2020) e Roberto Cardoso de Oliveira (2006), articulando discussões sobre dependência, desenvolvimento econômico, sustentabilidade, desigualdade social e territorialidade. A seleção das obras considerou sua relevância para o debate acerca dos modelos de desenvolvimento e das limitações dos indicadores econômicos tradicionais.

O procedimento analítico desenvolveu-se em três etapas: (i) leitura exploratória das obras selecionadas, com identificação dos conceitos centrais relacionados a crescimento econômico, desenvolvimento e sustentabilidade; (ii) leitura analítica,

voltada à compreensão das relações entre indicadores econômicos e políticas públicas; e (iii) leitura interpretativa, dedicada à problematização crítica das limitações das métricas tradicionais de desenvolvimento e à discussão da necessidade de indicadores socioambientais mais abrangentes.

## **RESULTADOS**

A análise teórica realizada evidencia que os indicadores econômicos tradicionais apresentam limitações significativas para a compreensão do desenvolvimento em sua dimensão ampla. Embora métricas como crescimento do PIB, produtividade e expansão do investimento sejam relevantes para avaliar o desempenho econômico, elas não são capazes de refletir, isoladamente, aspectos relacionados à desigualdade social, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida da população.

Pereira e Wesz Junior (2021) destacam que crescimento econômico e desenvolvimento constituem processos distintos, uma vez que o aumento da renda nacional não implica, necessariamente, melhoria das condições sociais e redução das desigualdades. Essa distinção revela uma limitação estrutural das métricas econômicas tradicionais, que tendem a privilegiar variáveis quantitativas sem considerar os impactos sociais e ambientais decorrentes do próprio crescimento econômico.

De forma complementar, Antoniazzi e Raiher (2020) demonstram que o crescimento econômico brasileiro ocorreu acompanhado de profundas desigualdades no mercado de trabalho, evidenciando que indicadores econômicos agregados não conseguem refletir adequadamente a distribuição dos benefícios do crescimento. Assim, políticas públicas orientadas exclusivamente por métricas econômicas podem produzir cenários de expansão produtiva sem promover desenvolvimento social efetivo.

A crítica aos modelos tradicionais de desenvolvimento também aparece nas contribuições de Cardoso e Faletto (1970), ao analisarem a condição dependente da América Latina no sistema capitalista internacional. Para os autores, o desenvolvimento periférico caracteriza-se pela coexistência entre modernização econômica e permanência de estruturas desiguais de poder e dependência. Nesse contexto, o crescimento econômico não elimina automaticamente desigualdades históricas, podendo inclusive reforçá-las quando orientado por interesses externos e padrões concentradores de riqueza.

Essa discussão é aprofundada por Escobar (2005), ao problematizar o caráter universalizante das concepções tradicionais de desenvolvimento. Segundo o autor, os modelos hegemônicos de desenvolvimento desconsideram especificidades culturais, territoriais e ambientais, reproduzindo padrões eurocêntricos de progresso. Como consequência, indicadores econômicos convencionais passam a orientar políticas públicas que tratam territórios e recursos naturais prioritariamente como ativos econômicos, reduzindo a complexidade ambiental e social a parâmetros de eficiência produtiva.

Na Amazônia, essa racionalidade torna-se particularmente evidente. Conforme analisa Roberto Cardoso de Oliveira (2006), políticas estatais voltadas à integração e ocupação territorial da região historicamente privilegiaram objetivos geopolíticos e econômicos, frequentemente desconsiderando impactos ambientais e dinâmicas socioculturais locais. Nesse cenário, indicadores econômicos tradicionais mostraram-se insuficientes para captar os efeitos territoriais e ambientais associados aos projetos de desenvolvimento implementados na região.

Além disso, a análise dos modelos de crescimento econômico discutidos por Mantega (1998) evidencia que grande parte das teorias clássicas e neoclássicas de desenvolvimento concentra-se na expansão da produção, acumulação de capital e eficiência econômica, atribuindo menor centralidade às dimensões ambientais e sociais. Embora modelos contemporâneos tenham incorporado parcialmente preocupações relacionadas à sustentabilidade, permanece predominante uma lógica de avaliação baseada em resultados econômicos quantitativos.

Os resultados deste estudo indicam, portanto, que a limitação dos indicadores econômicos tradicionais produz impactos diretos na formulação das políticas públicas. Quando o Estado utiliza métricas insuficientes para avaliar o desenvolvimento, suas decisões tendem a reproduzir prioridades igualmente limitadas, concentradas no crescimento econômico imediato. Assim, a ausência de indicadores capazes de incorporar desigualdade social, impactos ambientais e especificidades territoriais reduz a capacidade institucional de formular políticas públicas mais equilibradas e sustentáveis.

Nesse sentido, a necessidade de métricas socioambientais mais amplas não representa apenas uma questão técnica, mas também política e epistemológica. A redefinição dos instrumentos utilizados para mensurar o desenvolvimento implica reconhecer que o crescimento econômico, isoladamente, não é capaz de expressar a

complexidade das transformações sociais, ambientais e territoriais contemporâneas. Dessa forma, indicadores mais integrados podem contribuir para processos decisórios mais sensíveis às demandas de sustentabilidade, justiça social e diversidade territorial.

## **CONCLUSÃO**

A análise desenvolvida neste artigo permitiu evidenciar que os indicadores econômicos tradicionais apresentam limitações significativas para a compreensão do desenvolvimento em sua dimensão ampla e complexa. Embora métricas como crescimento do PIB, expansão produtiva e volume de investimentos sejam relevantes para a avaliação econômica, elas mostram-se insuficientes para captar desigualdades sociais, impactos ambientais e especificidades territoriais associadas aos processos de desenvolvimento.

As contribuições teóricas de Cardoso e Faletto (1970), Escobar (2005), Pereira e Wesz Junior (2021), Antoniazzi e Raiher (2020), Mantega (1998) e Roberto Cardoso de Oliveira (2006) demonstram que o desenvolvimento não pode ser reduzido exclusivamente ao crescimento econômico. Ao contrário, o desenvolvimento envolve dimensões sociais, ambientais, políticas e territoriais que frequentemente permanecem invisibilizadas quando o Estado utiliza apenas indicadores quantitativos tradicionais para orientar suas políticas públicas.

Os resultados do estudo indicam que a predominância de métricas econômicas convencionais contribui para decisões públicas limitadas, incapazes de considerar adequadamente os impactos socioambientais do desenvolvimento. Nesse contexto, a insuficiência dos instrumentos de mensuração não constitui apenas uma limitação técnica, mas também um fator que influencia diretamente a formulação das políticas públicas e a definição das prioridades estatais.

Além disso, a discussão evidencia que regiões marcadas por forte diversidade territorial e ambiental, como a Amazônia, tornam ainda mais visíveis as fragilidades dos modelos tradicionais de avaliação do desenvolvimento. A utilização de parâmetros predominantemente econômicos tende a desconsiderar impactos territoriais, conflitos sociais e processos de degradação ambiental associados às estratégias de crescimento econômico implementadas nessas regiões.

Diante desse cenário, conclui-se que a superação das limitações dos modelos tradicionais de desenvolvimento exige o aprimoramento dos referenciais utilizados para

sua mensuração. A incorporação de métricas socioambientais mais integradas pode contribuir para políticas públicas mais equilibradas, capazes de considerar simultaneamente crescimento econômico, sustentabilidade ambiental, desigualdade social e especificidades territoriais.

Por fim, destaca-se como agenda relevante para pesquisas futuras a construção de indicadores capazes de integrar dimensões econômicas, sociais, ambientais e territoriais na avaliação das políticas públicas de desenvolvimento. Tais instrumentos podem ampliar a capacidade institucional do Estado de formular decisões mais coerentes com os desafios contemporâneos da sustentabilidade e do desenvolvimento regional.

## REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Elisiane A.; RAIHER, Augusta Pelinski. Crescimento econômico e desenvolvimento: uma análise acerca da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro. Publ. UEPG Appl. Soc. Sci., Ponta Grossa, v. 28, p. 1-16, e202014461, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTEGA, Guido. Modelos de crescimento e a teoria do desenvolvimento econômico. Relatório de Pesquisa n. 3/1998. São Paulo: FGV, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Antropologia e indigenismo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.

PEREIRA, Arcelo Luiz; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Crescimento e desenvolvimento: revisão e discussão. Revista da FAE, Curitiba, v. 24, 2021.